

Divergência atrasa PL dos Portos

Relator Arthur Maia prometeu apresentar relatório final no dia no último dia 10, mas não cumpriu

MAURÍCIO MARTINS

ENVIADO A SÃO PAULO

Uma divergência entre os deputados da comissão especial que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, que trata da atualização do marco legal do setor portuário, na Câmara Federal, impediu que o relatório final fosse apresentado no último dia 10. A data havia sido prometida pelo relator, deputado Arthur Maia (União-BA), no mês passado, em reunião acompanhada por A Tribuna, em Brasília.

A proposta é um texto substitutivo ao projeto em tramitação, mantendo a atual Lei dos Portos (12.815), de 2013, e incorporando a ela novas regras. O atraso se deve à questão trabalhista. Entre os pontos do texto está a proposta de acabar com a exclusividade da mão de obra do trabalhador portuário avulso em determinadas atividades.

Maia é contra a exclusividade. O deputado crê ser um privilégio para uma categoria, e chegou a



Paulo Alexandre Barbosa afirma que é preciso dar voz ao trabalhador na discussão do projeto

dizer que concorda com a afirmação de que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) poderia ser fechado, porque atrapalha o Brasil com decisões a favor dos trabalhadores. O posicionamento dele de-

sencadeou uma série de manifestações dos estivadores no Porto de Santos.

Para A Tribuna, ontem, na feira Intermodal, em São Paulo, deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSD), presidente da

Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA) e integrante da comissão especial que discute o PL 733/2025 na Câmara, disse que as discussões continuam.

“Existe um ponto que não

é de convergência: a questão relacionada aos trabalhadores. E esse ponto precisa ser discutido com mais profundidade, com mais maturidade dentro do processo, ouvindo todos os envolvidos. Para que o relatório final possa contemplar as reivindicações apresentadas”, explicou.

Barbosa acha que o relator precisa de mais tempo. Segundo ele, está marcada para hoje uma reunião entre Maia e representantes do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva). “Até a apresentação do texto final há bastante espaço para evolução, para que o texto possa ser aprimorado”.

Questionado se defende a exclusividade, Barbosa afirma que é preciso dar voz ao trabalhador nessa discussão. “Que a gente possa chegar a uma solução que contemple o desenvolvimento econômico com justiça social. Os trabalhadores têm que ter seus postos de trabalho preservados”.

Ministro insiste em Tecon Santos 10 este ano

TED SARTORI

ENVIADO A SÃO PAULO

Embora pareça improvável, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, espera que o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, aconteça ainda neste ano.

“Esse é o nosso desejo. Estamos em um momento de discussão dos últimos pontos com relação ao edital. Estamos verificando de que forma podemos adequar as posições técnicas para que, em breve, possamos ter esse edital. O nosso desejo é que possamos lançar esse edital e fazer o leilão ainda este ano”, afirma.

Em 19 de março, o então titular da pasta, Sílvio Costa Filho, projetou que o certame ocorreria entre outubro e novembro. A fala aconteceu durante visita a Santos. Já Tomé Franca preferiu não estimar um mês. “Não tem exatamente um prazo definido, mas o nosso desejo



Ministro de Portos diz que não tem mais prazo definido para leilão do megaterminal, apenas “um desejo”

é esse, de poder fazer o lançamento do edital e publicar esse ano”.

Franca acredita no diálogo para adequação definitiva das normas envolvendo o leilão do Tecon Santos 10. Enquanto o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou restrições de empresas para a

disputa, incluindo armadores e as que operam no complexo santista, o Governo Federal pensa com mais liberalidade a respeito do tema.

“Essa é a orientação do Governo. Estamos alinhados e, agora, é aguardar que a Antaq possa fazer esses ajustes para que a

gente ofereça ao mercado o melhor projeto possível que possa gerar competitividade no Porto de Santos”, afirma. “Vamos continuar, no diálogo, encontrar uma solução para que a gente tenha a convergência de todos esses interesses e posições técnicas”, emenda.

CANAL DE ACESSO

O ministro definiu a audiência pública como grande palco para alterações no leilão do canal de acesso do Porto de Santos. Ela está marcada para dia 23. A consulta pública segue até 2 de maio.

Tomé Franca falou sobre o assunto ao ser perguntado a respeito das alterações propostas pela Autoridade Portuária de Santos (APS), que não deseja que as normas sejam um espelho do que foi aplicado no de Paranaguá, no Paraná, a primeira experiência do gênero no Brasil.

“Fizemos um projeto disruptivo que foi o canal de Paranaguá e queremos avançar com esse projeto de concessão para outros portos. A audiência pública vai ser esse espaço para colher as contribuições da sociedade e do setor para a construção do melhor projeto possível”, comenta.